

A potencialidade das roupas na expressão política e na subjetivação de mulheres trans¹

Angela Cristina Salgueiro

Marques

Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-doutora em Comunicação pela Université Stendhal – Grenoble 3. Professora do Programa de Pós-Graduação dessa mesma instituição. Pesquisadora bolsista do CNPq.
E-mail: angelasalgueiro@gmail.com

Ana Luísa Mayrink

Mestranda em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
E-mail: ana_mayrinkp@hotmail.com

Resumo: Este artigo visa discutir parte de uma pesquisa realizada para compreender a relação entre a aparência de mulheres trans e seu respectivo potencial político. A partir dos conceitos de subjetivação, estética e política de Jacques Rancière, e da teoria de gênero proposta por Judith Butler, a pesquisa busca, através da realização de entrevistas semiestruturadas, descobrir como essas mulheres valem-se de recursos da ordem do visível para performar gênero e, ao mesmo tempo, dão a ver questões de sua exclusão sistemática dos espaços de discurso presentes na sociedade. O esforço empreendido foi no sentido de tentar entender como mulheres trans, particularmente as aqui entrevistadas, através da maquiagem, das roupas, do cuidado com os cabelos e de tantos outros artifícios que fazem parte da aparência visível, se apropriam criativamente de seus corpos, elaboram uma linguagem própria e inventam uma forma de vida cuja potência está no ato de aparecer, na construção de uma cena enunciativa argumentativa e performática animada pelo dissenso.

Palavras-chave: Mulheres trans; Política; Performance de gênero; Aparência; Subjetivação.

The potential of clothing on political expression and subjectivation of trans women

Abstract: The aim of this article is to show a fraction of a research intended to understand the connection between transgendered women's appearance and its potential politics. Observing concepts such as subjectivation, aesthetics and politics, used by Jacques Rancière, and the gender theory by Judith Butler, it pursues, through semi-structured interviews, to find out how those women use their visible resources to perform gender, and at the same time, show their systematic exclusion from the speech places existing on the social and civic sphere. We try to understand how women trans, particularly those interviewed in the research, can appropriate creatively of their bodies through the maquillage, the clothes, the care with the hair and other artifices that are part of the visible appearance, elaborating a singular and proper language and inventing a form of life whose power is exactly in the act to appear in public, in the construction of an argumentative and performative scene of enunciation livened up by the dissent.

Keywords: Transgendered women; Politics; Gender performance; Appearance; Subjectivation.

¹ Este trabalho foi desenvolvido com o apoio do CNPq e da Fapemig.

Introdução

As roupas recebem nossos corpos e se moldam a eles constituindo-se em entidades singularmente pessoais: absorvem odores, assumem novas texturas e formas, registram nas fibras do tecido a memória de uma vida, assim como de uma forma de vida, de ser no mundo e de habitá-lo. Como salienta Peter Stallybrass (2016: 17), a roupa apresenta uma capacidade “para ser permeada e transformada tanto por quem a faz quanto por quem a veste, durando ao longo do tempo”. Assim, as roupas são memória e também símbolos nos quais as relações sociais são corporificadas (BARTHES, 1979). Além dessas duas dimensões, a memória e o registro simbólico de nosso modo de nos relacionarmos, podem as roupas permitir processos de subjetivação? Essa questão norteou as reflexões produzidas ao longo da pesquisa “A aparência na subjetivação de gênero em mulheres trans” (MAYRINK, 2015). Nosso intuito era o de pensar o processo de constituição do sujeito político no caso de algumas mulheres trans a partir do processo de subjetivação política, uma vez que ele está diretamente ligado às operações e dispositivos de enunciação que constituem a cena de aparecimento público e o modo de agência do indivíduo, destacando a necessidade de se alterar a forma como entendemos a divisão entre aqueles que têm visibilidade e lugar de fala assegurados e aqueles relegados à opacidade e ao silêncio.

Utilizando conceitos propostos por Jacques Rancière, procuramos entender o papel político que a aparência tinha para essas mulheres. Nesse sentido, consideramos tanto a aparência física (através do corpo e das roupas que o vestem) como a ação de aparecer na cena pública e ganhar visibilidade diante dos outros. Partimos do pressuposto de que não há um alinhamento entre o corpo material e a subjetivação de gênero, uma vez que as mulheres trans que entrevistamos em nossa pesquisa parecem encontrar nas roupas e na aparência externa alguns dos recursos necessários para se colocarem nos espaços sociais de discurso como seres que não correspondem a estereótipos, isto é, não são o que era esperado que fossem.

Há um potencial político no gesto de vestir-se: as roupas podem figurar como “pontos de apoio de que nos servimos para fugir de um presente insuportável” (STALLYBRASS, 2016: 35), assim como possibilitam que a virtualidade de uma forma de vida desejada seja atualizada numa “pele têxtil” que habitamos e que ao mesmo tempo nos habita. Se considerarmos que nem todas as mulheres trans realizam a cirurgia de readequação de sexo, os recursos estéticos e as roupas tornam-se um gesto político de desidentificação, afirmação e existência.

Para investigarmos como as roupas conectam a aparência ao aparecer político de algumas mulheres trans², utilizamos a abordagem de Rancière (2009, 2012) acerca de uma aproximação entre estética e política na construção do sujeito emancipado. Ao associar as noções de cenas de dissenso, desidentificação, subjetivação e literaridade, o autor argumenta que o sujeito político age para retirar corpos de seus lugares assinalados, libertando-os de qualquer redução a sua funcionalidade. Um sujeito político emancipado busca configurar e (re) criar uma cena polêmica sensível na qual se inventam modos de ser, ver e dizer, promovendo novas subjetividades e novas formas de enunciação coletiva. Essa cena possibilita a emergência de sujeitos de enunciação, a elaboração e manejo dos enunciados, a instauração de performances e embates aí travados, colocando em jogo a igualdade ou a desigualdade dos parceiros de conflito enquanto seres falantes (MARQUES, 2014).

Grosso modo, as cenas de dissenso consistem em atos performativos que visam a reconfigurar a ordem sensível. De acordo com Rancière (2010), o sensível se refere a lugares e modos de performance e de exposição, formas de circulação e de reprodução dos enunciados, mas também aos modos de percepção e dos regimes de emoção, às categorias que os identificam, esquemas de pensamento que os

² Nosso intuito na pesquisa não foi o de generalizar nossos achados a todas as mulheres trans, mesmo porque não podemos tratá-las como parte de uma categoria unitária e homogênea. Assim, ainda que não tenhamos apresentado o percurso metodológico e os perfis de nossas entrevistadas, sempre nos referiremos às experiências singulares que apreendemos no curso da pesquisa.

classificam e os interpretam. O termo “cena” recorda, para Rancière, o espaço do teatro, no qual os atores criam atos enunciativos por meio dos quais inauguram um tempo e um espaço capazes de permitir novos recortes e territorializações do espaço material e simbólico, além de “construir espaços e relações a fim de reconfigurar material e simbolicamente o território do comum” (RANCIÈRE, 2010: 19). Na cena de dissenso são promovidas oportunidades de criação de situações adequadas para modificar nossos olhares e nossas atitudes em relação a esse ambiente coletivo.

Segundo Rancière (2012), a subjetivação produz e é fruto de cenas polêmicas nas quais não mais há uma correspondência exata entre nomes e indivíduos. Tais cenas são criadas para tratar um dano associado ao não cumprimento de um pressuposto de igualdade que pretensamente deveria fazer todos os indivíduos serem capazes de participar de ações e atividades políticas. Tomar a palavra é importante nesse processo, pois a centralidade da subjetivação está justamente na concepção do ato de interlocução e de suas condições e discursos, que tecem linhas de força e lugares de sujeito que a eles impõe nome, pertencimento e ocupação.

A desidentificação, uma das dimensões da subjetivação, consiste no ato de repudiar determinado nome e determinado lugar impostos ou previamente definidos, acreditando não se encaixar ali parcial ou totalmente. É basicamente o que motiva o sujeito a buscar, a criar (e essa agência criativa é muito importante) novos nomes e lugares de interlocução e visibilidade, que sejam mais representativos para ele. Sob esse aspecto, vale ressaltar a atividade de reconfiguração do que é dado no sensível operada por um sujeito político dotado de capacidades enunciativas e demonstrativas para alterar a relação entre o visível e o dizível, entre palavras e corpos, entre a saturação e o suplemento. Não se trata simplesmente de apontar formas ideológicas de camuflar desigualdades, mas de nomear e tornar visíveis e verificáveis as experiências singulares que tornam uma condição intolerável. Assim, a subjetivação em Rancière refere-se tanto ao processo de se tornar sujeito quanto ao processo político de nomear constrangimentos de poder e injustiças: ela torna visível o hiato entre a identidade de alguém dentro da ordem consensual dada (na distribuição de papéis, lugares e status) e uma certa demanda de subjetividade por meio da ação da política (MARQUES, 2014).

O esforço empreendido foi no sentido de tentar entender como mulheres trans, particularmente as aqui entrevistadas, através da maquiagem, das roupas, do cuidado com os cabelos, dos trejeitos e de tantos outros artifícios que fazem parte da aparência visível, se apropriam criativamente de seus corpos, elaboram uma linguagem própria e querem ser compreendidas como seres que não estão limitados a uma só palavra e a um só lugar – e nesse caso, particularmente, não são atreladas a um único gênero. São ainda tão múltiplas quanto possível, e expressam isso visualmente. Não há aqui a pretensão de forçar nenhuma conclusão sobre o gênero propriamente dito, mas pensar em como as roupas funcionam na performance de gênero.

Como sujeitos políticos, tomam seus espaços e desafiam ordens dadas, deixam de lado as palavras e lugares pré-determinados e demandam para si mesmos os nomes que querem ter e os espaços que querem ocupar, rejeitando designações pré-fabricadas. Ou ainda: utilizando tais designações de forma subversiva, com o intuito de usar o código dominante a favor de práticas de resistência.

Considerações sobre o percurso metodológico

Com esse artigo, procuramos explorar um pouco do potencial expressivo das roupas na configuração da subjetivação de mulheres trans, partindo do pressuposto de que a vestimenta constitui um léxico social e simbólico que tem o poder de ajudar a delinear o gênero, a pertencer a classes sociais, a associar-se a

ocupações sociais etc., figurando como signo de distinção (FOUCAULT, 2004). Aqui se concentra um esforço de entender como as roupas têm o poder de influenciar na criação da subjetividade de mulheres trans, tornando-as potencialmente mais seguras de si e mais próximas do que querem ser, num exercício de autonomia pautado por vários constrangimentos, mas também densamente complexificado por uma rede de experiências que permitem o desenvolvimento de formas únicas de expressar-se e de vir a ser.

O caminho seguido foi o de fazer um levantamento teórico sobre o que caracteriza a condição trans. Por motivos epistemológicos, não pretendemos realizar a distinção entre transgênero, transexual e travesti, já que a preocupação aqui foi apenas com a identificação de gênero e sua consequente estética. Consideremos apenas que: a condição cis (aquele ou aquela que não é trans) é o alinhamento de a) sexo designado ao nascimento, b) internalização do sexo designado ao nascimento, c) gênero designado ao nascimento e d) internalização e sentimento subjetivo do gênero. É claro que, trabalhando apenas com essas quatro variáveis, surgem configurações diferentes entre elas para sujeitos diferentes. É quando são desalinhadas ou contraditórias que temos a identificação de uma pessoa trans. Cis, em sua etimologia, significa “do mesmo lado”, enquanto trans simboliza “do outro lado, aquele que cruza” (BUTLER, 2003).

Com esse levantamento, realizamos entrevistas semiestruturadas, que tinham o intuito de melhor compreender como se dava a subjetivação política de gênero para algumas mulheres trans, bem como o papel da aparência (forma física e emergência do sujeito político) nesse processo. As entrevistadas questionam, ao cuidarem de seus corpos de maneira diferente do que seria esperado de seu sexo designado no nascimento, as ordens sociais, subvertendo-as, entrando em constantes negociações e disputas de valores e sentidos. Na tentativa de ser algo que aparentemente não são, tornam-se, efetivamente. Desatrelam-se de um lugar de ser, de um modo de vida pré-fabricado e normatizado, para tomar outros espaços, espaços esses pretendidos, almejados e batalhados por elas.

Pretendíamos, com as entrevistas, fazer dialogar a teoria de Rancière com as práticas de resistência por elas performadas, além de compreender mais profundamente qual é sua relação com a aparência e suas formas de construção. Para isso, foram feitas uma série de perguntas relacionadas à vivência trans (o que é ser trans para elas, com que idade começaram a transição e se elas acham que existe potencial político na moda, no sentido de colocar questões trans em pauta), além de perguntas relacionadas a sua aparência e forma de vestimenta (se elas se consideram vaidosas, o que mais gostam de vestir e valorizar, o que as leva a escolher determinadas peças ou estilos etc.). Devido à complexidade do tema, algumas preferiram não ser identificadas e realizaram as entrevistas por telefone ou pela internet. Outras foram entrevistadas ao vivo, e para isso, foi solicitado que vestissem uma roupa que as deixasse confiantes, bonitas, ou uma roupa que tivesse algum significado especial para elas.

O número reduzido de entrevistadas — foram quatro no total — evidencia não uma busca por padrões e generalidades, mas a vontade de compreender como esses usos muito particulares configuravam formas distintas de ser, de questionar e de performar atos políticos, buscando por peculiaridades, exclusividades, particularidades em detrimento de formulações mais generalistas.

As formas particulares de ser e existir se associam ao que Rancière (2000) chama de *literaridade* (*literarity*), ou seja, uma reorganização e (re)criação de percepções aceitas da realidade, reorganizando toda uma forma de conhecer e apreender. Ele argumenta que a subjetivação envolve uma dimensão estética e política de invenção e criação, a partir do trabalho com a própria linguagem expressiva dos sujeitos, de modo a permitir vários modos de argumentação e manifestação. A literaridade consiste então em uma operação na linguagem e com a linguagem

que retira os objetos, narrativas e corpos de um status que a história social ou cultural atribuiu a eles: uma manifestação de uma condição cultural particular. Ao convocar essa operação poética de reinscrição das linguagens (questionando molduras sociais, históricas e políticas reificantes) Rancière nos convida a olhar para as roupas em busca de sua valência política na “atividade criativa de invenção que permite uma redescritção e reconfiguração de um mundo específico e, ao mesmo tempo, comum de experiência” (2000: 116).

Criatividade, linguagem e materialidade da expressão compõem a tríade central à Rancière para a construção da emancipação – cada um tem que descobrir por si mesmo, em sua própria linguagem, a relação com um modo de ser, um modo de vida. Sob esse aspecto, todos devem trabalhar para emancipar a si mesmos trabalhando sua própria linguagem e, com isso, propondo um excesso de palavras circulantes o que pode combater lógicas consensuais de imposição de existências e modos de ser.

Esse excesso de palavras, ao qual chamo de *literarity*, interrompe a relação entre uma ordem do discurso e sua função social. Ou seja, a literalidade refere-se, ao mesmo tempo, a um excesso de palavras disponíveis em relação à coisa nomeada; ao excesso relacionado aos requerimentos para a produção da vida; e finalmente, ao excesso de palavras diante dos modos de comunicação que funcionam para legitimar a própria ordem adequada. (RANCIÈRE, 2000: 115)

Tendo em vista que, no processo de subjetivação, o indivíduo se faz sujeito emancipado através do trabalho que realiza sobre sua própria linguagem, procuramos ver como algumas mulheres trans específicas se servem de roupas e acessórios para configurar sua aparência e seu aparecer político diante dos outros.

A intenção dessa metodologia é a de evidenciar o objeto e fazer ele se tornar mais rico do que a teoria, deixando que a segunda funcione a favor do primeiro, misturando e entrelaçando melhor conceitos e imagens. Além disso, as entrevistas permitem que possamos tratar com maior segurança a questão da subjetivação, uma vez que apenas o próprio indivíduo pode dar a ver os modos como constrói uma forma criativa de ser no mundo e de organizar suas experiências e modos de enunciação.

As quatro mulheres entrevistadas possuem um perfil homogêneo: a maioria delas é de classe média e possui acesso ao ensino superior. Isso se deve ao fato de que o acesso a mulheres em situação de prostituição ou mesmo mulheres mais pobres foi difícil, tanto pela escassez de contatos quanto pela resistência dela sem falar sobre determinados assuntos. São elas Yueh Fernandes, nascida em Macapá (AP), mas residente em Belo Horizonte (MG), estudante de jornalismo no Centro Universitário UNA; Bruno, trans não binária que pediu que seu nome não fosse revelado, porque ainda não fez a transição por questões pessoais; Bárbara Rabello, residente em Barbacena (MG); e Bárbara Dias, radialista que mora em Sete Lagoas (MG). Novamente, não pretendemos pensar sobre o gênero em si, mas no papel que a aparência tem em sua performance.

É importante, antes de começar, trazer à tona a diferença utilizada aqui entre os termos aparecer e aparência, vastamente explorados no trabalho. Aparecer relaciona-se ao conceito de Rancière do aparecimento dos sujeitos: o momento em que aqueles que não possuem lugar de fala na sociedade conseguem fazer que seus discursos sejam ouvidos, apareçam, ganham visibilidade e agência em uma cena de enunciação específica. O conceito de aparência é trazido de acordo com Arendt (2002). Para ela, existe uma vida contemplativa, em oposição à vida ativa, na qual existem três ações primordiais: pensar, querer e julgar. Para a esfera do julgamento, ela utiliza uma visão kantiana da estética, na qual existe “a possibilidade de utilização dos juízos reflexionantes estéticos de forma análoga para poder se pensar os juízos reflexionantes políticos” (BERTOLAZO, 2005: 11).

Tal esfera figura, portanto, como espaço onde os sujeitos aparentam ser de certa maneira e são julgados politicamente por tal.

Outra coisa importante: não foi feita aqui distinção entre mulheres travestis e transexuais, porque não importa, para efeitos de pesquisa, se a mulher realizou mudanças corporais ou não, esse é apenas mais um fator que se soma ou não à construção de uma imagem feminina, não tendo destaque absoluto, mas figurando como instrumento. Sabemos perfeitamente que a classificação geral é totalizadora, mas evidenciar cada uma das particularidades, além de controverso no próprio meio, se mostrou limitador das potencialidades particulares expressas.

A relação de mulheres trans com o corpo

O não alinhamento dos indivíduos com uma das escassas opções de construção do gênero – homem ou mulher – implica uma série de violências simbólicas, físicas e políticas. O impedimento de utilizar o nome social, por exemplo, fere o estatuto moral e cívico dos sujeitos, acarretando desde o ostracismo até a ausência de agência autônoma.

Judith Butler pretende desatrelar sexo e gênero da simples dicotomia sexo (biológico) versus gênero (socialmente constituído e obrigatoriamente alinhado com o sexo designado no nascimento), uma vez que é geralmente nesse determinismo que se pautam inúmeras desigualdades sofridas pelas mulheres – vistas como o sexo frágil, passíveis de proteção e subordinações. Ao elevar ao patamar da regulação social tanto o sexo quanto o gênero, a autora problematiza a cisnormatividade e a heteronormatividade, sendo fundamental para os estudos de gênero que envolvem pessoas trans.

Se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos de verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável. (BUTLER, 2003: 195).

Butler dá a entender que é fácil, no estudo dos indivíduos e de seus corpos, cair na armadilha das binaridades: homem/mulher, afetividade/sexualidade, sexo/gênero, natural/socialmente constituído, pênis/vagina. Portanto, diferentemente do que propunham as gerações anteriores do feminismo, a autora não vai simplesmente aceitar o sexo como algo biologicamente constituído, aquilo com o qual nascemos, macho/fêmea, e nem o gênero como um construto social no qual se deve encaixar.

Não se pode, de forma alguma, conceber o gênero como um constructo cultural que é simplesmente imposto sobre a superfície da matéria – quer se entenda essa como o “corpo”, quer como um suposto sexo. Ao invés disso, uma vez que o próprio “sexo” seja compreendido em sua normatividade, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização daquela norma regulatória. O “sexo” é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o “alguém” simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural. (Id., 2003: 111).

Simone de Beauvoir (1967), em uma de suas frases mais famosas, afirma que não se nasce mulher, mas torna-se. O motivo é claro: para ser mulher não basta a materialidade, órgãos, o nascimento com o aparelho sexual e sistemas periféricos femininos. A identificação perpassa toda a relação entre corpo, a subjetivação do gênero e de normas inerentes a ele, e aspectos social e culturalmente instituídos, toda a esfera social na qual se inscreve a normatividade, que surge e carece de manutenção:

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1967: 9).

O triunfo teórico conceitual de Butler, levando a cabo essa ideia de Beauvoir, é justamente o de tratar o gênero como performativo, facilitando assim o entendimento do não binarismo. Uma performance nunca contempla inteiramente a construção de um ideal, seja ele político ou estético. A ideia principal da teoria de Beauvoir é desconstruída por Butler não no sentido de desmenti-la, mas de destrinchar suas ideias ao máximo e extrair delas uma teoria de gênero que contempla e vai além do ideário da primeira onda do feminismo. O gênero passa a ser, aqui, a performance de todo um código social instituído, inscrevendo nos corpos a realização de um espectro de gênero, cujos limites são, de um lado, o masculino, e de outro, o feminino. Não apenas um ou outro, mas toda a área existente entre um e outro, abarcando possibilidades não contabilizadas, o entre-lugar, a heterotopia – conceito de Foucault sobre o qual falaremos mais adiante.

Como se dá, então, a regulação, a perpetuação, a afirmação e a negação social desses aspectos de gênero, uma vez constatada sua fluidez? Para a autora, o corpo não atua simplesmente no sentido de distribuir papéis de gênero, mas no de colocar o sexo em um patamar fora de qualquer crítica ou desconstrução.

O sexo é, para além de uma constituição biológica (mas não se resumindo a isso), a marca da existência de um discurso. Ora, inicialmente, precisa haver uma prática regulatória dos corpos a fim de que sejam classificados e diferenciados. O sexo é a materialização, portanto, de práticas altamente reguladas (BUTLER, 2002). Para a autora, no entanto, não há uma maneira de fazer que os corpos se conformem completamente às normas pelas quais essa materialização é imposta. Temos, com isso, uma relação complexa que leva em conta uma intrincada relação entre os elementos que têm a função de desconstruir o determinismo biológico e o binarismo de gênero em favor de uma teoria que contemple os tons de cinza que existem entre o masculino e o feminino – biológica e socialmente falando. É como um novelo de lã sem pontas, em que os conceitos se conectam, se organizam e se unem. A relação é feita não com sujeito-objeto, mas sujeito-discurso, ou melhor, sujeitos-discursos-sujeitos, levando em consideração a multiplicidade de existência e expressão de ambos. A constituição de gênero não se dá apesar do sexo ou separada dele, mas em relação a ele, abrangendo uma infinidade de escolhas e pormenores. O entre-lugar referido aqui é explicado por Foucault, quando fala da relação do sujeito com o corpo e a criação de espaços lúdicos para a formação do sujeito:

Corpo incompreensível, corpo penetrável e opaco, corpo aberto e fechado: corpo utópico. Corpo absolutamente visível, em um sentido: sei muito bem o que é ser olhado por alguém da cabeça aos pés, sei o que é ser espiado por trás, vigiado por cima do ombro, surpreso quando percebo isso, sei o que é estar nu; no entanto, este mesmo corpo que é tão visível, é afastado, captado por uma espécie de invisibilidade da qual jamais posso desvencilhá-lo. (FOUCAULT, 2013: 10).

A relação do ser humano com o corpo, para Foucault, se dá de maneira utópica e muito próxima. Afinal, não se pode simplesmente dissociar-se dele: nós o carregamos e somos por ele carregados a todos os lugares, do encolher-se sob as cobertas ao deixar-se derreter sob o sol escaldante (Id., 2013). O corpo é, então, espaço fundamental de acontecimento do sujeito, da formação de sua subjetividade, do *self*, ao mesmo tempo que está em posição de negociações constantes sobre o que ele é e o que não é, sobre a qual lugar ele pertence ou não. Como um quadro em branco, ele é pintado, recebe marcas e delinea sua aparência, tentando moldar e designar o espaço ocupado por si no presente (momento em que está sendo feito) e no futuro (seu lugar último). Está em

construção, caminha para o “quero-ser baseado n’o-que-já-sou”. Ao mesmo tempo que é resultado da configuração do sujeito como acontecimento e do acontecer do sujeito, o corpo é submetido relacionalmente aos outros, seus olhares e modos de apreciação ou depreciação, configurando-se como vetor dessas relações:

O corpo está fora de si mesmo, no mundo dos outros, em um tempo e um espaço que não controla, e ele não apenas existe no vetor dessas relações, mas também é esse próprio vetor. Nesse sentido, o corpo não pertence a si mesmo. O corpo, na minha opinião, é onde encontramos uma variedade de perspectivas que podem ou não ser as nossas. O modo como sou apreendido, e como sou mantido, depende fundamentalmente das redes sociais e políticas em que esse corpo vive, de como sou considerado e tratado, de como essa consideração e esse tratamento possibilitam essa vida ou não tornam essa vida vivível. (BUTLER, 2015: 85).

Moldar o corpo ao aspecto que se deseja ter fala muito do indivíduo, ao mesmo tempo que diz da forma como ele internaliza e interpreta as normas sociais de como ele deve ser e agir. Aproximar-se do padrão é lapidar o corpo para que ele se encaixe no discurso social vigente, localizado temporal e espacialmente (SIBILIA, 2011; BATTISTELLI, 2008). Nas entrevistas que realizamos, vimos que a maneira de se fazer ver como as pessoas trans desejam é pela aparência. Novamente: nem todas optam por realizar a cirurgia de mudança de sexo. Algumas tomam hormônios para adquirir características femininas, outras não o fazem por questão de acesso, fase da transição, saúde ou outros motivos. O gênero não se constrói, assim, apesar do sexo, mas em relação a ele, é performado sobre seu palco.

Ocorre aqui um processo de movimento, de mudança na subjetividade. Há a desidentificação primeira com o gênero designado no nascimento, podendo depois haver uma convivência tranquila ou não com o sexo designado. A negação do corpo masculino vai, portanto, sendo construída. As mulheres trans aqui entrevistadas passam a adotar características aparentes que as ajudam a construir sua subjetividade como alinhada à forma como elas se veem: femininas. Utilizam-se então dos ornamentos femininos: roupas, maquiagem, unhas, cabelos e acessórios para afirmar essa identificação para si mesma e para os outros.

O corpo é também um grande ator utópico, quando se trata de máscaras, da maquiagem e da tatuagem. Mascarar-se, maquiarse, tatuar-se não é, exatamente, como se poderia imaginar, adquirir outro corpo, um corpo mais belo, melhor decorado, mais facilmente reconhecível: tatuar-se, maquiarse, mascarar-se é sem dúvida algo muito diferente, é fazer com que o corpo entre em comunicação com poderes secretos e forças invisíveis. Máscara, signo tatuado, pintura depositam no corpo toda uma linguagem: toda uma linguagem enigmática, toda uma linguagem cifrada, secreta, sagrada, que evoca para este mesmo corpo a violência do deus, a potência surda do sagrado ou a vivacidade do desejo. A máscara, a tatuagem, a pintura instalam o corpo em outro espaço, fazem-no entrar em um lugar que não tem lugar diretamente no mundo, fazem deste corpo um fragmento de espaço imaginário que se comunicará com o universo das divindades ou com o universo do outro. Por ele, seremos tomados pelos deuses ou seremos tomados pela pessoa que acabamos de seduzir. De todo modo, a máscara, a tatuagem, a pintura são operações pelas quais o corpo é arrancado de seu espaço próprio e projetado em um espaço outro. (FOUCAULT, 2013: 12).

Não basta, portanto, pertencer ou se alinhar a um grupo, há que se dar a ver algumas pistas e marcas que indicam o vínculo. A visibilidade vai além de si própria. Não parte inerentemente do eu, nem é tomada e apropriada do construto social sem deliberação: é, em última instância, a mais pura interação e tensão entre o eu e o outro, o eu e o ambiente, o eu e a historicidade.

Vestir-se, travestir-se, não assujeitar-se

As mulheres trans por nós entrevistadas performam com seus corpos a mudança que querem ser e lidam com linhas de força adversas na tentativa de elaborarem-se a partir de códigos e linguagens próprias que utilizam as roupas como artifício de subjetivação. Nesse caso, a política da literalidade é paralela à política do desentendimento, tal como definida por Rancière (2000): busca desfazer as relações entre a ordem das linguagens e a ordem dos corpos que determinam o lugar de cada um. A literalidade, como mencionamos, se traduz num excesso de palavras colocadas em circulação e que excedem uma função ou designação rígida, que desafiam aqueles que tentam reduzir o vocabulário circulante de modo a zelar pela ordem e correção. *Literarity* nomeia, enfim, um excesso, um desencaixe, um princípio de desordem: o poder do demos de alterar a distribuição de palavras, modos expressivos e enunciados.

Se entendemos o vestuário como linguagem (BARTHES, 1979), a questão política da literalidade não está ligada diretamente afala ou escrita, mas à acessibilidade e disponibilidade dos códigos expressivos da moda a todos. O excesso presente na combinação de adereços e peças de roupas é também um acesso às formas de jogar com as roupas para produzir desidentificações e identificações, criando lugares de enunciação únicos, geradores de modos de vida que interpelam o que é tido como consensual e legitimador do “não desviante”. Um modo de alcançar a literalidade, de evidenciar sua força e marcar seus efeitos é localizar e analisar aqueles espaços-tempos nos quais um excesso enunciativo interrompe o link entre a ordem do discurso e a ordem dos corpos (CHAMBERS, 2013).

Aparece aí o que Foucault (2013) chama de heterotopia: a criação de um espaço alternativo, que ao mesmo tempo pertence e não pertence à realidade – um entre-lugar onde há licença para comportamentos lúdicos, fantasiosos, imaginativos, ideais. Como uma criança que monta uma cabana e vive ali, mesmo que por alguns momentos, entre a realidade e sua ficção criada, em uma brincadeira em que usa a realidade como base, e preenche as lacunas de entendimento da mesma com música, histórias, poesia e outros meios. De forma análoga, as mulheres trans que entrevistamos criam para si mesmas uma heterotopia, em que seus corpos e a forma como são vistas vão sendo modificadas e subvertidas. Transformam o quero-ser no que são. A heterotopia faria a justaposição em um lugar real, via de regra, de vários espaços que normalmente seriam considerados incompatíveis.

Mas essas heterotopias biológicas, essas heterotopias de crise, desaparecem cada vez mais e são substituídas por heterotopias de desvio: isto significa que os lugares que a sociedade dispõe em suas margens, nas paragens vazias que a rodeiam, são antes reservados aos indivíduos cujo comportamento é desviante relativamente à média ou à norma exigida. (FOUCAULT, 2013: 22).

Seu desejo maior, expresso nas entrevistas coletadas, é o de que sua situação como seres flutuantes no espectro de gênero seja aceita e reconhecida: uma desidentificação real e verdadeira com os gêneros, e consequente alinhamento com ser mulher (trans), com o ser feminino sem necessariamente se atrelar ao gênero correspondente. A heterotopia criada aparece como cenário, como plano de fundo para que performem essa vontade e entrem em negociação de sentidos com a sociedade.

Eu queria que as pessoas se acostumassem, entendeu? Eu devia trabalhar isso saindo mais de casa, indo mais aos lugares, só que eu me retraio muito. Eu me contendo muito, tipo, eu penso uma, duas, três, quatro, mil vezes antes de sair de casa, porque eu tô sempre pensando no que pode acontecer comigo. E aí tipo, eu só quero que as pessoas se acostumem, sabe? Se acostumem que é normal, tipo. Outro dia eu também fui ver uma entrevista com várias pessoas trans e a moça lá trabalha numa loja e ela disse que quando ela vai pro trabalho e volta

do trabalho, com as amigas dela, as pessoas ficam escandalizadas, olhando estranho. Porque pras pessoas, tipo, o horário que a gente tem pra sair é à noite, parece que a noite foi reservada pra gente. Na cabeça das pessoas a gente não tem o direito à luz do dia, entendeu? E não é assim. A gente vai fazer o que à noite, gente? Só à noite a gente vai sair? A gente é coruja? A gente é algum bicho noturno? Não! (Yueh)

As trans citadas por Yueh, a partir do momento em que assumem a aparência que querem ter, quebram um longo jejum de não produção das imagens que consideram ideais, e o fazem através de uma espécie de colagem. Sobrepõem sentidos, vontades, desejos e necessidades de uma situação limítrofe, performam entre o ser e o não ser. Colam sua nova identidade sobre a antiga, escolhendo a todo momento as melhores formas de encaixe de características novas, formando sua aparência-identidade ideal, de escolha. Tornam a si mesmas representáveis e representantes de sua própria condição. O que as mulheres trans aqui entrevistadas fazem, ao performarem com sua aparência, nada mais é do que a tentativa de aparecer diante do outro, da consideração de seu discurso de modo a fazer que seja considerado, escutado. Abrem caminho com seus corpos para tentar fazer que suas vozes se convertam em “fala” no diálogo com a sociedade (ou seus segmentos) e seus modos de vida reconhecidos como dignos de valor.

No caso de Yueh, ficou evidente, como destacado em alguns trechos da entrevista, a preponderância da materialidade da roupa. Ela conta que, antes de sua transição, usava roupas que colocavam seu gênero em dúvida, optando por peças que a faziam parecer *butch*, termo utilizado para designar mulheres lésbicas masculinizadas. Ressalta, entretanto, que tem especial carinho por um de seus vestidos, porque foi o primeiro que comprou, utilizando-o, juntamente com meia-calça, em um evento social público: o da formatura de sua irmã.

A materialização da roupa, portanto, expressou questões que, para ela, já existiam internamente. Ao utilizar peças femininas em um evento público, com família e amigos, Yueh pôde não apenas sentir-se mulher, mas expressar seu gênero, habitando o vestido que, anteriormente, não era dotado de nenhum significado particular, fixando no mesmo o sentido do acontecimento: “foi a primeira vez que eu me vesti de mulher em público”.

Eu me considero não binária, na verdade. Eu tava pensando nisso outro dia, tipo, e eu sentei com um grupo de amigos e... Eu sou uma mulher em construção. Eu não vou chegar pras pessoas e falar “eu sou uma mulher” e sentir que isso é uma mentira. Então, eu prefiro dizer que eu sou não binária, que a minha expressão de gênero é não binária, do que dizer pras pessoas uma coisa que eu não me considero, uma coisa que eu não sou, entendeu? E tipo, eu prefiro tratamento no feminino, eu prefiro o vestuário feminino, mas tipo, eu tenho roupa masculina também. Mas é assim, tipo, eu me considero uma mulher em construção. (Yueh)

Nesse sentido, a construção da identidade como narrativa, associando experiências vividas e criações ficcionais, desempenha um papel muito importante. Para Rancière (2010), a ficção não é a existência de um fato ou acontecimento falso, mas a criação de um acontecimento utilizando certos recursos, como o da performance. Ao criar certo regime de semelhança, a ficção trabalha a potência do ser. Ao se apropriarem de formas femininas de se vestir, aparentar, se comportar, falar, tornam-se algo próprio e distinto, as entrevistadas criam para si mesmas um modo visível próprio, uma estética própria, que as representa: a de serem mulheres trans.

Com a criação desse modo de ser, encenam (não no sentido de fingir, mas de colocar em cena, visível para as pessoas que possuem direito de fala) um dano, aparecem na cena de dissenso tentando, através da maneira como aparentam,

colocar questões importantes de sexo e gênero em pauta, instituindo assim formas próprias de ser no mundo, de subjetivação.

O dano aparece para Rancière (2010) como a maneira pela qual os sujeitos sentem que não estão encaixados nos lugares e nomes aos quais acreditam estar ligados. Produzem, portanto, uma desidentificação com esses nomes e lugares, resistindo a toda forma de enquadre depreciativo e cristalizante. É importante destacar que o dano não pode ser confundido com uma injúria cometida contra um sujeito específico, ou seja, algo que pode ser reparado ou “consertado” pela aplicação de uma lei ou sanção. Não se repara o dano, no sentido de fazer que ele desapareça, mas se pode tratá-lo a partir do momento em que se instaura o dissenso entre uma ordem policial (de saturação da equivalência entre corpos e ocupações) e a irrupção da política. Interessa a Rancière (1995: 81), portanto, uma “cena na qual se colocam em jogo a igualdade ou a desigualdade dos parceiros de conflito enquanto seres falantes”, uma cena de demonstração para o tratamento do dano.

Nesse sentido, as mulheres trans aqui entrevistadas aparecem em cena questionando os nomes e lugares que não as representam, fazendo que um dano venha à tona, explicitando-o. Sua forma de se vestir acaba consistindo em uma das dimensões de performance do dano: seu desejo é o de sair de um entre-lugar imposto pelo binarismo de gênero para encontrar seu próprio espaço. Impõem suas questões, com esse aparecimento, para que sejam discutidas e pensadas. Impõem sua própria presença política.

Não fiz nenhum tipo de “transição material”. Meu corpo e minha imagem são masculinas e é assim que sou lida, é assim que tenho meus privilégios. Sendo vista como homem cis, é isso que recebo de volta. Porém, a partir do momento em que minha imagem for interpretada como transexual ou travesti, perco privilégios e acontece um rebaixamento de classe automático. Pessoas trans que dão a cara a tapa nas ruas são a verdadeira revolução e elas sim podem mudar e colocar em debate as questões de gênero. (Bruno)

Só o fato de você existir, sair de casa, já é um ato político, você está se reafirmando como cidadã, você está mostrando pras pessoas que você tem direitos, que você é uma pessoa como qualquer outra. (Yueh)

³ Nos depoimentos de nossas entrevistadas, há a opinião de que mulheres trans ainda são vistas em muitos espaços como prostitutas, marginais, doentes. Vale lembrar que a homossexualidade foi despatologizada nos anos 1970 (BUTLER, 2003). Não se trata aqui de uma comparação no sentido de entender quem sofre mais preconceito, pois os casos são graves e os indivíduos encaixados em cada um deles (homofobia e transfobia) têm vivências que não podem ser hierarquizadas como mais ou menos graves ou sofridas. Porém, divergindo-se a análise dos processos de exclusão sofridos por cada um deles, é possível constatar que a transfobia ainda possui uma visibilidade muito menor – como já foi falado, é difícil vermos pessoas trans em locais “mistos”: faculdade, escolas, shoppings, bancos, igrejas – enquanto gays, lésbicas e bissexuais ocupam esses espaços (PEREIRA; TIMM; GONTIJO, 2010).

A fala de Bruno é emblemática no sentido de marcar fortemente um lugar de expressão. Para ele, a materialização tanto da subjetividade feminina quanto do preconceito estão associados ao ato de colocar roupas femininas. Podemos perceber que as roupas vestem e são vestidas pelas pessoas, no sentido de que ganham e atribuem significados sociais, políticos, econômicos e de gênero na medida em que são ressignificadas (MUZZARELLI, 2005). As roupas, nesse sentido, auxiliam-nas a performar um dano sofrido de não terem seu discurso considerado como válido ou mesmo audível. Quebram a ordem social ocupando um lugar e requerendo para si mesmas um nome e um lugar próprios, tornando públicas suas questões. Contudo, nem sempre seu intuito é tornar públicas as injustiças sofridas³. Na maior parte das vezes, o que desejam ver publicizada e valorizada é sua forma de construir uma subjetividade. Interessa-lhes mais buscar o reconhecimento do que expor sofrimentos. É importante também dizer que nem tudo se resolve no plano do discurso, ou seja, no plano da argumentação e da justificação pública. A maior parte dessa busca envolve o plano dos afetos, da autoexpressão, da autopercepção e da solidariedade. A argumentação, aliada à performance de gênero e à encenação do dano, entrelaça a política e a estética: uma negociação pela mudança de posições dada através de uma forma de aparentar própria delas. Valem-se dessa aparência para tentar colocar em jogo suas ideias e vivências. Ao travestir seus corpos, mantê-los com características femininas e masculinas registrando sua ambiguidade em corpos e espaços, expressam descontentamento com o binarismo de gênero imposto.

⁴ Segundo Rancière (2009: 16), “a partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce. Assim, ter essa ou aquela ‘ocupação’ define competências ou incompetências para o comum”.

Porém, é importante lembrar que mulheres trans não são facilmente incluídas pela partilha do sensível⁴. Existe uma luta política imensa e ainda bastante inglória para que sejam vistas não como as mulheres que performam ser, mas como algo no meio, no intervalo, algo indefinido e indefinível, não cerceável. Isso ocorre, entre outras coisas, porque a própria forma de vestimenta é diferente, em maior ou menor grau. Os detalhes são diferentes. Os corpos são diferentes. Não necessariamente são diferentes em aparência, mas atravessados por discursos sociais que evidenciam essa alteridade. Demarcam uma semelhança, mas também um ser outro, ser abjeto. Elas são sim mulheres, mas não mulheres cis como estamos acostumados. São mulheres trans. São transição e transformação, entre-lugar, ficção, heterotopia, disrupção. Como o próprio nome sugere, transitam de uma coisa para a outra. Desidentificaram-se com um conceito que lhes foi dado de antemão, atrelando seu gênero ao sexo com o qual nasceram, para modificar-se e identificar-se com o novo gênero que clamam para si mesmas, e que não está necessariamente ligado ao binarismo existente, mas a uma fluidez.

Não existe o simples pertencimento ao “ser mulher”. O feminino aqui é uma demarcação de semelhança e diferença ao mesmo tempo, já que fazem uso da aparência considerada como própria do gênero com o qual se alinham, mas há o discurso de que são mulheres de mentira, semimulheres, menos mulheres. Ser mulher é ser de seu gênero de identificação, mas é também ser o outro (SCOTT, 2010).

O termo, na minha opinião, é um rótulo, como tantos outros que já existem e outros que ainda virão. Quanto ao sentimento, para mim ser trans é um estado de espírito, uma orientação da qual somos designadas, seja geneticamente ou por qualquer outra razão que ciência e religião não explicam. Ser “trans” é ser mulher sem ser. É ter atitudes femininas tendo nascido num corpo masculino.
(Bárbara Dias)

A identificação com a estética feminina e a consequente adoção de códigos de vestimenta causa ainda mais repulsa pelo fato de que muitas pessoas veem essa troca como apenas enganação, doença mental, perversão, brincadeira, desejo de que o outro se confunda etc. Assim, de acordo com Rancière (1995), a polícia (forma de partilha consensual do sensível), no caso tratado, seria como se impõem as normas sociais de vestuário e de gênero. As normas de gênero querem localizar os sujeitos e locais pré-determinados, e as de vestuário, prendê-los a normatizações pouco fluidas.

O que as mulheres trans fazem, logo, é a subversão política. Procuram romper com o script que a ordem policial designa. Os lugares e nomes atribuídos não fazem sentido, não contêm sua complexidade, sua efervescência. Passam então a rejeitar as atribuições determinadas, desidentificam-se com elas e descolam-se para buscar algo mais próximo de sua realidade.

Não apenas consomem as imagens que dançam na frente dos olhos: imagens de mulher, de trabalhadora, de produtora de sentido, mas são convidadas pela sociedade a construir suas próprias imagens. O que há de se considerar, é claro, é que a produção delas não condiz com a normatização social. Elas estão na heterotopia (FOUCAULT, 2013) que criaram para seus corpos e modos de ser, subvertendo o binarismo de gênero.

A descoberta sobre minha identidade foi bastante demorada. Durante 18 anos me senti vazia, vivia como um homem cis. Minha família é muito conservadora e intolerante, nunca me permitiu qualquer tipo de expressão sobre quem eu era. Sempre fui feminina e nunca me senti bem com o modo “de homem” que me forçavam a ser. Tinha medo de pensar sobre isso, então permaneci sem falar ou pensar sobre até o primeiro ano da faculdade, onde comecei a me “entender” como homem gay. Após certo tempo isso também se tornou insuficiente e eu

não me sentia homem, não era quem eu era. Comecei a estudar gênero e conheci o não binarismo. Hoje entendo minha identificação como uma mulher trans, permeada por essa ideia de um não binarismo. Sei da realidade de pessoas trans e sei que minha família seria péssima, então tenho medo e não fiz qualquer tipo de transição física. Sou lida como homem, mesmo que não seja esse o modo como me sinto. Não sou o alvo de políticas e tão pouco sofro a transfobia “material”, vamos dizer assim, mas espero que pessoas trans sejam vistas como seres humanos e tenham dignidade. Que sejam representadas e apresentadas com respeito aos seus gêneros, aos pronomes e às suas identidades. (Bruno)

O depoimento de Bruno revela como ela encontra maneiras de responder que sejam condizentes com diversos aspectos e que, aos poucos, satisfaçam sua inquietação de um ser em transição, fronteiroço. Estabelecem a si mesmas como seres sociais para os quais se deve olhar, compreender, respeitar, incluir.

Por seu lugar inerentemente deslocado aos olhos da polícia, causam desconforto. Seu comportamento não pode ser previsto, calculado, porque encerra uma lógica de disrupção (SIBILIA, 2011). O desconforto do lugar e da performance das mulheres trans não pode ser corrigido, como nenhum dano pode. Admite sim um tratamento: elas performam o dano, a própria irreconhecibilidade social, para tentar colocá-la como pauta, para que seja ouvida como discurso e possa, quem sabe, se introduzir na partilha do sensível, reconfigurando-a.

A aparência e o uso de seus recursos aparece como uma solução técnica, mas o que ela representa é completamente social e relacional. Ela trata de um dano interno de identificação e gera um outro perante os discursos sociais dominantes. Essa identidade maleável, dificilmente definível por fronteiras ou colocada em caixas incomoda, atrapalha. Ora, não é justamente o papel da polícia colocar cada corpo em um espaço e dar a ele um – somente um – nome, promovendo assim uma organização social, facilitando seu entendimento⁵? Ao sair dos lugares pré-determinados e provocar esse incômodo, promovem seu aparecimento em cena. É dessa forma, encenando seu próprio dano – o de não serem contadas como dignas do poder de fala e de intervenção no comum – que colocam da forma que podem suas questões e necessidades em cena, para que sejam vistas, discutidas e reconhecidas. Promovem, com sua encenação, a manutenção e verificação constante de igualdade em que consiste a política.

Para Rancièr (1995), a igualdade de todo ser falante consiste em produzir enunciados, linguagens e cenas de interpelação nas quais condutas, valores, demandas, juízos, pontos de vista são apresentados e performados de modo a permitir a reconfiguração política do sensível.

Roupas e subjetivação política

As mulheres trans por nós entrevistadas, ao saírem dos padrões colocados sobre como deveria ser sua aparência, baseada no sexo designado ao nascimento, colocam esteticamente uma questão política. Por outro lado, o próprio clamor dessa mudança de lugar se manifesta esteticamente através da mudança de vestimenta das pessoas trans, desvinculando-se das normas indumentárias estabelecidas para seu sexo designado ao nascer e assumindo a aparência do gênero de identificação.

É inegável que constituímos e somos constituídos pelo que vestimos, além de inúmeros outros fatores. Papéis sociais são mostrados por meio das roupas usadas pelas pessoas. Pensar na vestimenta, portanto, como uma das formas de apresentação do *self* é possível e genuíno: as escolhas denotam preferências políticas, de gênero, pessoais, psicológicas, profissionais, territoriais, históricas, situacionais, entre outras. Sua potencialidade expressiva é, portanto, passível de estudos para a melhor compreensão de sua força expressiva e seu potencial político.

⁵ Além da negação de um lugar social, de direitos jurídicos (de terem seus nomes sociais legalmente reconhecidos, por exemplo), inconvenientes higiênicos (tem problemas sérios ao frequentar banheiros públicos, porque em muitos lugares são proibidos de usar a instalação sanitária correspondente ao gênero com o qual se identificam – ou simplesmente não se identificam com nenhum dos dois), o não reconhecimento científico classifica e patologiza as pessoas trans. Esse esforço coloca em prática a força coercitiva da polícia, de tornar anormal – e no caso, doente, não saudável, transtornado – tudo aquilo que não se encaixa nos padrões estabelecidos. É uma tentativa de deslegitimar a condição daquele que está à margem, fazendo que os que estão dentro dos padrões o vejam como diferente, o discriminem. Assim, aquele que está fora do lugar estabelecido pela ordem policial passa a se sentir socialmente pressionado para voltar a se encaixar e não ser mais olhado “de lado”, com desconfiança ou desprezo (OLIVEIRA, 2013).

Percebemos, por meio das entrevistas, que o que está em jogo é, ainda, não apenas a subjetividade, mas uma forma de apresentação que está intimamente ligada ao corpo, esse que “acreditam passar pelo corpo a sua chance de ter mais amigos, seduzir, atrair olhares, aumentar a autoestima e, conseqüentemente, ser mais felizes” (GOLDENBERG, 2015: 22). Podemos pensar na roupa como não apenas expressão pessoal de cada uma das mulheres aqui retratadas, mas reflexo de como elas veem a demarcação de outros corpos através da roupa e da moda (CALANCA, 2013; CRANE, 2006).

O que as mulheres trans entrevistadas destacam é a criação, com as roupas, de códigos que as definem: não uma definição estática, final, mas um processo que misture criação, montagem e emancipação.

Ainda tenho roupa masculina. Eu gosto muito de blusa xadrez, de flanela, eu gosto muito de camisa. Eu devo ter umas quatro, cinco dessas, e eu tô sempre usando. Mas aí eu ponho um shorts e daí meio que contrabalança o look, mistura, é. (Yueh)

Assim, para Bruno, que se considera mulher trans não binária e ainda não fez a transição, mais importante que inovar é preservar um estilo que traduza o modo como se sente:

Usar roupas “masculinas” é algo terrível para mim. Só me sinto bem com roupas andróginas, justas ou curtas. De forma alguma a publicidade masculina me atinge, nada presente nela me atrai ou me desperta o desejo de consumir. Modelos masculinos me fazem sentir mal, só me fazem perceber que é assim que as pessoas me leem e que isso só me faz sofrer. Apesar disso tenho uma relação muito forte com a moda, por conta do meu descontentamento com meu corpo e meu visual. A moda é um escape e uma forma de eu me sentir bonita e apresentável. Tenho um “estilo sóbrio”, gosto de misturar elementos, então você pode me ver com calças justas e blusas superlargas, o que, para mim, me afasta de uma silhueta masculina e assim não me sinto tão presa a uma imagem masculina. (Bruno)

Elas reinventam a si próprias e entregam para a sociedade, e para si mesmas, novas maneiras de ser e de agir, de se colocar no mundo, de existir (MOTTA, 2013). Consomem e performam na esperança de aparentar, almejando um estilo de vida que condiz com seus ideais contrários ao determinismo biológico e ao binarismo de gênero. Valem-se de um aparato material na tentativa de promover uma mudança social e política: a inserção delas mesmas num cenário criado para que enunciem o inconveniente que é não serem contadas ou consideradas.

Eu tô mudando meu guarda-roupa aos poucos. Antes eu tinha um estilo mais butch, eu deixava bem subentendido o meu gênero nas minhas roupas, escondia muito. Hoje em dia não, eu já uso: compro vestido, compro saia, uso meia-calça. Eu tenho um pouco de dificuldade de encontrar sapato pra mim. Tipo, eu só uso Converse porque é muito raro eu encontrar um sapato bonito pro meu número. Se eu quiser eu vou ter que encomendar da Internet e é muito caro. Então, por enquanto, eu só uso Converse. Enquanto eu não trabalho, porque, depois que eu começar a trabalhar, eu vou comprar vários sapatos. (Yueh)

Sob esse aspecto, a moda e a ação de vestir-se promove dimensões importantes do processo de subjetivação. A subjetivação política, segundo Rancière (2010, 2012) é, sobretudo, fruto de desidentificações: rupturas com uma ordem discursiva que oferece a cada pessoa seu lugar na ordem das coisas, um lugar atrelado a uma identidade. A subjetivação política não é o “reconhecimento de” ou o gesto de “assumir uma identidade”, mas o desligamento, argumentativo e performático, com essa identidade, a produção de um hiato entre a identidade da ordem vigente e uma nova subjetividade política. A subjetivação não identitária (ou desidentificatória) em Rancière concerne, além disso, a uma figura política

coletiva, não individualizada, problematizando o processo de universalização de atores particulares, em situações de luta particulares, sob a forma da constituição de um sujeito plural, coletivo, não redutível à demanda de uma comunidade de sujeitos pré-identificados (através das categorias de classe, raça, sexo, ou pelas categorias socioprofissionais). Subjetivação, então, “é um processo em que uma entidade que nunca suspeitou entrar na arena de demandas por categorizações políticas entra, e sua ‘nova’ identidade transforma essa arena e cria uma nova agência política” (KOLLIAS, 2009: 3). Na leitura de Dasgupta (2009) sobre a subjetivação em Rancière, o processo seria o próprio ato de tornar-se o outro em uma temporalidade precária antes que qualquer sujeito esteja estabilizado. É a aquisição de sentido pelo indivíduo, fazendo que ele efetivamente exista na esfera social e seja contado dessa maneira.

A subjetivação propõe uma “desidentificação” com enquadramentos, lugares e discursos que perpetuam o consenso e o assujeitamento. Essa desidentificação acontece nas ações dos sujeitos, no modo como criam novos enunciados e cenas de enunciação e nos gestos de verificação constante de uma igualdade pressuposta. O sujeito político que emerge nesse processo nomeia uma divisão, revela o hiato entre a naturalização dos quadros de sentido e a forma como esses mesmos quadros falham em nomear o mundo, seus seres e suas ações.

A moda imprime a imagem que desejo transmitir. Sei que imagem nem sempre é o mais importante, mas abre portas, quando sabemos utilizá-la de forma adequada. A sua própria existência acaba se tornando um ato político, sabe? Sair de casa, colocar uma roupa delicada pra ir, por exemplo, pra ir ao banco, pra ir à padaria, pra ir ao supermercado, já é um ato político. Mostrando pras pessoas que você existe, que você tem direito de existir, que você tem o direito de ir e vir como todo mundo e que isso é normal, são pessoas normais. Quando a gente se encontra, a gente fica assim [cara de surpresa e feliz ao mesmo tempo]. (Bárbara Rabello)

Assim, a subjetivação envolve a produção de um corpo individual (no sentido de sua aparência no espaço público) e de um corpo político coletivo (no sentido não de um conjunto de pessoas, movimento social ou grupos de protesto e resistência, mas naquele de um conjunto de ações e de capacidades de enunciação) a ser apreendido e a oferecer novas possibilidades de reconfiguração de experiências por meio de agenciamentos coletivos de enunciação.

Considerações finais

Este trabalho suscitou percepções importantes, tanto sobre como mulheres trans utilizam o recurso da aparência para performar gênero quanto para promover a subjetivação política. Notamos, pelas entrevistas, que mulheres trans estão tentando se inserir nos mais diversos locais na luta pelos mais diversos tipos de reconhecimento: despatologização, direitos assegurados, fim da transfobia, reconhecimento de sua condição e diversos outros. Ao saírem dos lugares pré-determinados e promoverem seu aparecimento em cena (cena esta também criada por elas), reconfiguram a partilha policial do sensível. Promovem, com sua encenação, a verificação constante da igualdade e da pluralidade que alimentam a política.

Nesse sentido, Rancière (2012) define três facetas importantes do processo de construção do sujeito político: a demonstração argumentativa do dano (não atendimento ao pressuposto da igualdade); a dramatização performática da condição do indivíduo; e a desidentificação com uma identidade atribuída pela ordem policial.

É importante mencionar que o trabalho de criação de dissenso, de disjunção e ruptura, constitui uma estética da política que, segundo Rancière, pode ser

descrita, de forma breve, como atividade de reconfiguração do que é dado no sensível operada por um sujeito político dotado de capacidades enunciativas e demonstrativas para alterar a relação entre o visível e o dizível, entre palavras e corpos, entre a saturação e o suplemento. Não se trata simplesmente de apontar formas ideológicas de camuflar desigualdades, mas de nomear e tornar visíveis e verificáveis as experiências singulares que tornam uma condição intolerável. A existência de uma base estética para a política, além de ser um desafio à oposição entre interlocutores legítimos e ilegítimos, remete à invenção da cena de interlocução na qual se inscreve a palavra do sujeito falante, e na qual esse próprio sujeito se constitui de maneira performática, poética e argumentativa.

Sob esse viés, as mulheres trans por nós entrevistadas criam, com as roupas e os recursos estéticos de feminização da aparência, suas próprias imagens e códigos para “ser no mundo”. O que há de se considerar, é claro, é que a produção delas não condiz com a normatização social. Elas estão na heterotopia que criaram para seus corpos e modos de ser, subvertendo o binarismo de gênero e a ordem policial que prefigura identidades a serem “habitadas” de modo consensual.

O trabalho possibilitou, então, discutir acerca do papel da aparência em suas vidas, como se sentem usando o que usam, quais foram as sensações experimentadas nas primeiras vezes em que travestiram-se, como foi seu processo de transição etc. A performance de gênero, para além de intervenções cirúrgicas e hormonais, conta com a aparência como aliada, conferindo a essas mulheres a possibilidade de usufruir da potência da vida, questionando dispositivos biopolíticos de sujeição e disciplinamento.

Vale ressaltar que a linguagem do vestuário e materialidade de sua expressão definem, para as entrevistadas, as relações possíveis com o mundo, com os outros e consigo. Assim, as roupas femininas constituem um novo vocabulário visual para auxiliar nessa designação de gênero que condiz com a subjetividade dessas mulheres trans, expressando seu entendimento próprio e a criação poética de modos de vida e de suas potências.

Referências

ARENDT, H. *A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar*. Tradução Antônio Abranches, César Augusto R. de Almeida e Helena Martins. 2. v. 5. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

BARTHES, R. *Sistema da moda*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; USP, 1979.

BATTISTELLI, P. A psicologia e a moda. In: SORCINELLI, P. (Org.). *Estudar a moda: corpos, vestuários, estratégias*. 2. ed. São Paulo: Senac, 2008. p. 81-85.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo, volume 2*. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BERTOLAZO, I. N. O conceito de espaço da aparência em Hannah Arendt. *Facnobar*, Apucarana, v. 4, n. 1, p. 1-21, jan. 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/2iQd9db>>. Acesso em: 22 mar. 2013.

BRAGA, J. *Reflexões sobre a moda*. São Paulo: Anhembi Morumbi, 2008.

BUTLER, J. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CALANCA, D. História e moda. In: SORCINELLI, P. (Org.). *Estudar a moda: corpos, vestuários, estratégias*. 2. ed. São Paulo: Senac, 2010. p. 47-55.

CHAMBERS, S. *The lessons of Rancière*. Oxford: Oxford University, 2013.

CRANE, D. *A moda e seu papel social: classe, gênero e identidade das roupas*. São Paulo: Senac, 2006.

DASGUPTA, S. Words, bodies, times: queer theory before and after itself. *Borderlands*, Sidney, v. 2, n. 8, p. 1-20, 2009.

FOUCAULT, M. *Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

GOLDENBERG, M. (Org.). *O corpo como capital: estudos sobre gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira*. Barueri: Estação das Letras e Cores, 2015.

KOLLIAS, H. How queer is the demos? Politics, sex, and equality. *Borderlands*, Sidney, v. 2, n. 8, p. 1-15, 2009.

MARQUES, A. Política da imagem, subjetivação e cenas de dissenso. *Discursos Fotográficos*, Londrina, v. 10, n. 17, p. 61-86, 2014.

MAYRINK, A. Desafios metodológicos na leitura de Rancière em conjunto com a apropriação da aparência por mulheres trans. In: MARTINO, L. M.; MARQUES, A. (Org.). *Teorias da comunicação: processos, desafios e limites*. São Paulo: Plêiade, 2015. p. 91-108.

MOTTA, E. *O lugar maldito da aparência*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2013.

MUZZARELLI, M. G. Um outro par de mangas. In: SORCINELLI, P. *Estudar a moda: corpos, vestuários, estratégias*. 2. ed. São Paulo: Senac, 2010. p. 19-29.

OLIVEIRA, A. L. G. Os homens transexuais brasileiros e o discurso pela (des) patologização da transexualidade. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero, 2013, p. 1-7. Disponível em: <<http://bit.ly/2kKVDbO>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

PEREIRA, O. P.; TIMM, F. B.; GONTIJO, D. C. Alteridade e violência: travestis e mulheres transexuais em situação de prostituição no DF. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero, 2010, p. 1-9. Disponível em: <<http://bit.ly/2kmJGLV>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: estética e política*. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

_____. Dissenting words: a conversation with Jacques Rancière (interview by Davide Panagia). *Diacritics*, Baltimore, v. 30, n. 2, p. 113-126, 2000.

_____. *Estética e política: a partilha do sensível*. Com entrevista e glossário por G. Rockhill. Tradução V. Brito. Porto: Dafne, 2010.

_____. *La méésentente: politique et philosophie*. Paris: Galilée, 1995.

_____. *O espectador emancipado*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

SCOTT, J. (Org). *Sociologia: conceitos-chave*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SIBILIA, P. A técnica contra o acaso: os corpos inter-hiperativos da contemporaneidade. *Revista Famecos*. Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 638-656, set./dez. 2011

STALLYBRASS, P. *O casaco de Marx: roupas, memórias, dor*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.